

Título: Comissão de Responsabilidade Social elege presidente e vice

Veículo: Portal Exxtra

Cidade: Florianópolis (SC)

Data: 05.04.2016

Página: <http://www.exxtra.com.br/main.php?page=noticia.php&idnoticia=17827>

Inicial | Todas Notícias | Mais lidas | Colunas | Revista Exxtra | Vídeo & Áudio | Cotaflo

exxtra

A melhor informação está aqui

05/04/2016 - 06:16:18

Blog Ivan Exxtra - Bastidores da política em SC

Por Ivan Lopes da Silva

Eleitor ignorante abstém-se de votar, vota em branco; e vota em qualquer um

Continuando o raciocínio da coluna de ontem, mostrando que existem três opções para um eleitor "racionalmente ignorante" em política: (1) abster-se de votar; (2) votar em branco, nulo; e (3) votar em qualquer um.

Tal convergência de incentivos pode explicar dois fenômenos comuns na política nacional: (1) a eleição de figuras públicas sem nenhuma preparação política; e (2) a reeleição de figuras políticas já conhecidas, mesmo com má reputação.

Como os custos de ter um político ruim são essencialmente custos difusos para toda a população, a "irracionalidade racional" pode ser aplicável; o que é uma boa explicação para porque tantos eleitores tomam decisões claramente ruins repetitivamente (de fato, é uma explicação muito mais persuasiva do que "o povo é burro").

Geralmente esse tipo de escolha ruim vem associada a um tipo de clientelismo: ao dar algum privilégio ou benefício a um determinado eleitor, o político ganha o voto dele por diversas eleições, mesmo que o fluxo de benefícios não seja contínuo. O eleitor economiza tempo e "utilidade" ao manter o mesmo voto por várias eleições, e mesmo que sua escolha seja ruim, os custos associados a isso são muito dispersos.

A reeleição de políticos ruins é decorrente de falhas institucionais do sistema político. A pergunta que surge é se existem possíveis correções nos incentivos que possam reduzir este tipo de ocorrência, ou se o sistema está fadado a produzir este tipo de resultado. Independente de qual seja a resposta, ela só pode ser obtida com uma compreensão minuciosa dos arranjos institucionais e suas falhas presentes.

Reunião com partidos aborda mudanças provocadas pela reforma eleitoral - 1

O Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina realizou reunião com os órgãos partidários para tratar das principais alterações provocadas pela reforma eleitoral (Lei 13.165/2015). No evento, o destaque ficou por conta da arrecadação, gastos e prestação de contas dos partidos políticos, cujo prazo para apresentação à Justiça Eleitoral encerra-se no próximo dia 30. A abertura foi realizada pelo presidente do Tribunal, desembargador César Abreu, que ressaltou a importância de se buscar uma parceria entre o Tribunal e os partidos políticos. Destacou, ainda, a necessidade de divulgação às direções municipais, pelos diretores regionais, das alterações na legislação decorrentes da reforma eleitoral. Por fim, assinalou a importância de se realizar um trabalho voltado à conscientização do eleitor. Em seguida, o corregedor regional eleitoral, desembargador Antonio Monteiro Rocha, salientou a importância dos partidos para a democracia, definindo-os como mediadores entre o Estado e a sociedade. Ressaltou, ainda, que o respeito às diferenças e à ideologia política é fundamental para uma eleição pacífica.

Reunião com partidos aborda mudanças provocadas pela reforma eleitoral - 2

A secretária da Corregedoria Regional Eleitoral, Renata Fávère, e o titular da Seção de Orientação ao Cadastro Eleitoral, Flávio Lanza, prestaram orientações gerais em relação ao pleito, tais como os prazos para submissão, pelos partidos, da relação de filiados via internet (14 de abril) e de fechamento do cadastro (4 de maio), bem como as novas hipóteses de inelegibilidade em decorrência da aplicação da Lei da Ficha Limpa. A titular da Secretaria de Controle Interno e Auditoria, Denise Goulart Schlickmann, tratou das prestações de contas anuais dos partidos políticos, no que diz respeito às principais alterações operadas pela Resolução TSE nº 23.464/2015, que revogou a Resolução TSE nº 23.432/2014. Conforme explicou a secretária, a nova regulamentação tem vigência a partir de 1º de Janeiro de 2016, devendo ser adotada nas contas referentes ao exercício financeiro de 2016, a serem entregues em 2017. Todavia, no que se refere às regras processuais, a nova legislação se aplica já aos processos relativos ao exercício de 2009 e seguintes que não tenham ainda sido julgados.

CPI da Funai e do Incri faz diligências em SC

Sub-relator da CPI da Funai e do Incri, o deputado federal Valdir Colatto (PMDB/SC) participou em Florianópolis na última sexta-feira (19) de reunião com lideranças indígenas, agricultores, representantes do DNIT, órgãos ambientais (Fatma e Ibrama), OAB e Polícia Rodoviária Federal. O encontro finalizou as diligências da equipe técnica da Comissão Parlamentar de Inquérito na terra indígena Morro dos Cavalos, no litoral catarinense, a pedido do sub-relator, com base em requerimento. Colatto disse que situações de abusos por parte de órgãos como Funai e Incri, a exemplo das diligências em Morro dos Cavalos se repetem em outras regiões de Santa Catarina, a exemplo de Araquari, José Boiteux, Cunha Porã/Saudades, Arvoredo/Paiol e Abelardo Luz. Para ele, obstáculos da Funai dificultam os projetos em SC, com custos extras que extrapolam orçamentos. "Ouvimos depoimentos relatando muitos prejuízos para o Estado e o país, pela condução comprometida da Funai nas questões indígenas" disse. Segundo ele, a pauta que norteia a ação da CPI é garantir o direito à propriedade daqueles que a possuem e a pensar ações de cidadania aos indígenas que os trem da situação da miserabilidade.

Frete da Saúde protocola PEC para aumento de recursos à Saúde

Presidente da Frente Parlamentar em Defesa da Saúde Catarinense, o deputado estadual Zé Milton (PP) protocolou, com o secretário da Assembleia Legislativa, deputado Padre Pedro (PT), a Proposta de Emenda Constitucional que dá nova redação ao art.155 da Constituição do Estado de Santa Catarina. De origem do presidente da Casa, deputado Geilson Merisio (PSD), e assinada por mais 27 parlamentares, a proposta visa o aumento gradativo da aplicação mínima do Estado à Saúde, de 12% para 15% da arrecadação dos impostos. Tal proposta irá assegurar em 2019, quando atingir o percentual almejado, um incremento de R\$ 340 milhões, com base no investimento de 2015, R\$ 2.041 bilhões. Estavam presentes no ato o Provedor do Hospital de Caridade, Luiz Mario Machado, e os representantes da AHESC/FEHDESC, Pedro Beliser e Marcelo Pasolini.

Comissão de Responsabilidade Social elege presidente e vice

A analista ambiental da Fatma, Karla Stralotto Spessato, e a representante do Conselho Regional de Contabilidade (CRC), Requel Souto, responderão, respectivamente, pela presidência e vice-presidência da Comissão Mista de Responsabilidade Social na edição de 2016 do Certificado de Responsabilidade Social de Santa Catarina e Troféu Responsabilidade Social – Destaque SC. A eleição, por aclamação, ocorreu na reunião desta segunda-feira (04), na Assembleia Legislativa. Membro da comissão desde 2013, Karla argumentou que "o trabalho da Comissão de Responsabilidade Social da Alesc é muito importante porque fomenta a responsabilidade socioambiental em Santa Catarina e é um trabalho educativo também, fazendo com que as empresas e organizações tenham ações proativas nesse sentido e comuniquem essas ações à sociedade através da publicação do balanço social e ambiental". Durante o encontro, os participantes discutiram a elaboração de uma pesquisa que será enviada às empresas que se inscreveram nas edições anteriores do prêmio, tanto as que concluíram o processo e receberam certificação quanto as que desistiram na etapa de preenchimento dos dados.